

Rio terá resposta sobre acordo hoje

ESTADO DE SÃO PAULO 10 JAN 1997

Especialista considera garantias apresentadas insuficientes para cobrir os 20% da dívida exigidos

MÔNICA MAGNAVITA
e CHICO OTAVIO

RIO — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, dirá hoje se o governo federal aceita as garantias oferecidas pelo governo do Rio para a rolagem de uma dívida de R\$ 11,5 bilhões. O secretário de Planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, disse que a garantia no valor de 20% do total da dívida (R\$ 2,3 bilhões) será representada pela venda do Banerj, por sua carteira imobiliária e pela troca de títulos, como moedas de privatização, e pelos créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

O economista Henrique Jager, do Departamento Interindustrial de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), alerta que as garantias oferecidas pelo governo fluminense são insuficientes para cobrir os 20%. Segundo ele, a venda do Banerj (deverá render R\$ 500 milhões) e os ativos apresentados pelo Estado (em

torno de R\$ 900 milhões), não somarão mais que R\$ 1,4 bilhão, insuficiente para atender às exigências do governo federal.

Na hipótese de não completar os 20%, a taxa de juros cobrada na rolagem da dívida por 30 anos será maior para o Rio que para os Estados que já rolaram suas dívidas. Marco Aurélio garantiu, porém, que a taxa diferenciada incidirá apenas sobre o que faltar para completar os 20%.

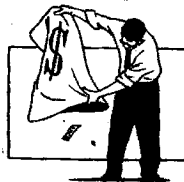
Liquidez — Jager, que analisa o Banerj a pedido do Sindicato dos Bancários do Rio, disse que os ativos oferecidos como garantia foram excluídos do Banerj a ser privatizado porque “não têm a menor liquidez”. Entre esses ativos, encontram-se títulos da Eletrobrás e da Siderbrás. Estimada em R\$ 350 milhões, a carteira imobiliária do Banerj, garante o economista, também está sem liquidez.

Apesar das dúvidas levantadas so-

bre os ativos, Marco Aurélio se diz confiante. Ele espera marcar a assinatura do acordo com o Ministério da Fazenda na próxima semana. Feito isso, o leilão do Banerj será marcado para depois do carnaval. O novo edital deverá ser publicado entre 20 e 30 de janeiro.

As demais instituições fluminenses incluídas no Programa Estadual de Desestatização (PED) não foram oferecidas como garantia. Das quatro empresas a ser privatizadas, o Banerj deverá ser a primeira. A Companhia de Eletricidade do Rio (Cerj) já foi vendida por R\$ 605 milhões e parte da verba aplicada na ampliação do metrô. Um consórcio prepara a

venda da Companhia Estadual de Gás (CEG), cujo edital deve ser lançado em março. O cronograma prevê ainda a privatização da Companhia de Navegação (Conerj) e da Companhia de Desenvolvimento das Rodovias e Terminais (Coderte).



BANERJ É
PRINCIPAL
ATIVO
OFERECIDO